

## CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - INSS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA \_\_\_\_ VARA PREVIDENCIÁRIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE \_\_\_\_\_

PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_

REQUERENTE: \_\_\_\_\_

ADVOGADO(A): \_\_\_\_\_ OAB/UF: \_\_\_\_\_

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

### I – DOS FATOS

Trata-se de cumprimento de sentença que transitou em julgado, referente ao processo previdenciário acima identificado, no qual foi reconhecido o direito do Requerente ao benefício previdenciário descrito na sentença.

O presente cumprimento visa à satisfação integral do direito reconhecido, especialmente quanto ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas, correção monetária, juros legais e demais consectários legais.

### II – DO DIREITO

Nos termos do art. 534 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente, e da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da respectiva Seção Judiciária, o cumprimento da sentença deve observar a atualização monetária e os juros moratórios incidentes sobre as parcelas atrasadas.

A atualização monetária deve obedecer aos índices oficiais adotados pelo Tribunal de Justiça Federal, sendo os juros moratórios remuneratórios, conforme previsto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, a partir do ajuizamento da execução.

### III – DOS VALORES

O valor principal da condenação atualizado até a presente data é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

Requer a expedição de alvará judicial para levantamento dos valores devidos a título de parcelas atrasadas, correção monetária e juros, bem como o pagamento das parcelas vincendas, conforme tabela de cálculos que seguirá anexa ao presente pedido.

### IV – DOS PEDIDOS



Fonte original deste documento:

<https://modelo-jus.com/cumprimento-de-sentenca-inss/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.